



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUCAS AMORIM BARTOLETTI LEAL**

**A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO  
INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA  
RIQUEZA: UM ESTUDO DE CASO DA AMBEV**

Rio de Janeiro

2018

**LUCAS AMORIM BARTOLETTI LEAL**

**A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO  
INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA  
RIQUEZA: UM ESTUDO DE CASO DA AMBEV**

Monografia apresentada ao Curso de  
Ciência Contábeis da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,  
Campus Praia Vermelha, como  
requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Carlos Vieira

Rio de Janeiro  
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE  
ANÁLISE DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA: UM ESTUDO DE  
CASO DA AMBEV**

**LUCAS AMORIM BARTOLETTI LEAL**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Carlos Vieira (Orientador)  
Prof. do Curso de Ciência Contábeis da UFRJ

---

Rafael Bezerra Vieira (Revisor)  
Prof. do Curso de Ciência Contábeis da UFRJ

---

Heloisa Siqueira Lordello (Examinador)  
Mestre na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço, primeiramente, a Deus por permitir-me ingressar na Universidade Federal do Rio de Janeiro onde pude absorver o conhecimento proporcionado pelo seu corpo docente. Em segundo, agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram durante todo o curso, mesmo quando estava desanimado e desacreditado e me deram forças para continuar. Por último, agradeço a todos os amigos e funcionários do campus que contribuíram de alguma forma para a minha formação acadêmica.

## RESUMO

Com o mercado cada vez mais em expansão, a concorrência entre as empresas cresce a cada dia, fazendo com que qualquer informação seja de extrema importância para os usuários que as utilizam para a tomada de decisões. A fim de aumentar os tipos de dados que podem ser obtidos dos demonstrativos contábeis, foi incluso, após a sanção da Lei nº 11.637/07, a obrigatoriedade por parte das companhias de capital aberto a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, responsável por evidenciar não apenas a maneira como ocorre a geração da riqueza de uma empresa, mas também como a mesma é distribuída entre os diversos agentes econômicos que contribuem para sua formação. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para o entendimento sobre o assunto através da análise da DVA de uma das maiores companhias com sede em território nacional, a AMBEV, verificando a capacidade de produção e distribuição da riqueza entre seus *stakeholders*. Para tanto, foram analisados os dados da Demonstração do Valor Adicionado divulgados pela empresa no período de 2013 a 2017. A pesquisa é de caráter descritivo, com abordagem quantitativa e realizada por meio de um estudo de caso, onde utilizou-se da análise horizontal, vertical e de índices para alcançar os objetivos definidos. Por meio da análise dos dados, confirmou-se a expectativa de que a maior parte da riqueza agregada total é gerada pela companhia através de suas atividades operacionais e que o maior beneficiário da mesma é o governo.

**Palavras-chave:** Demonstração do Valor Adicionado, Distribuição da Riqueza, análise.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2013

Gráfico 2: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2014

Gráfico 3: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2015

Gráfico 4: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2016

Gráfico 5: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2017

Gráfico 6: Distribuição Média da Riqueza da AMBEV

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Balanço Social - Vertentes e suas Características

Quadro 2: Estrutura para empresas em gerais conforme CPC 09

Quadro 3: Indicadores para análise da DVA

Quadro 4: Análise Horizontal – Demonstração do Valor Adicionado da Ambev 2013-2017

Quadro 5: Análise Vertical – Demonstração do Valor Adicionado da Ambev 2013-2017

Quadro 6: Informações Adicionais

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Resultado dos Indicadores

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 Contextualização.....	8
1.2 Problematização.....	9
1.3. Justificativa .....	9
1.4 Delimitações .....	10
1.5 Objetivo Geral.....	10
1.6 Objetivos Específicos .....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>11</b>
2.1 Valor Adicionado.....	11
2.2 Balanço Social.....	12
2.3 Demonstração do Valor Adicionado .....	15
2.3.1 História da DVA .....	15
2.3.2 CPC 09.....	17
2.3.3 A importância da DVA.....	20
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
<b>4 ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>22</b>
4.1 Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV).....	22
4.2 Tratamento dos Dados.....	23
4.3 Apresentação dos Dados.....	25
4.4 Análise dos Dados .....	31
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

Os demonstrativos contábeis sempre foram caracterizados por gerarem informações de cunho econômico e financeiro, acarretando em uma visão patrimonialista das empresas. Porém, com a globalização e o aumento de usuários, tanto externos quanto internos, a informação contábil tradicional deixou de responder totalmente às demandas novas dos usuários com interesses diferentes daqueles contemplados nos relatórios contábeis clássicos (COSENZA, 2003).

De acordo ainda com Cosenza (2003), foi nesse contexto que manifestou a necessidade de se ter uma demonstração econômico-financeira que propicie informações compreensíveis e transparentes a qualquer categoria de usuário, independentemente do grau de seus conhecimentos em matéria contábil. Para satisfazê-los, surge a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), um demonstrativo que possui como finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período (CPC 09, 2008).

A Demonstração do Valor Adicionado faz parte do Balanço Social, "...uma demonstração que foi criada com o desígnio de tornar pública a responsabilidade social das empresas." (ALMEIDA et al., 2009, p.137). Em sua função com a sociedade, a DVA é importante pois demonstra o quanto uma empresa contribui para a geração de riqueza no país e como a riqueza agregada é distribuída entre os stakeholders relacionados à sua criação (NEVES; VICECONTI; 2002).

Após sanção da Lei nº 11.638 em 28 de dezembro de 2007, a DVA passou a ser um demonstrativo obrigatório para todas as empresas de capital aberto. A nova lei alterou a Lei das Sociedades Anônimas, a Lei 6.404/76, onde houve a inclusão, além da Demonstração do Valor Adicionado, da obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Fluxo de Caixa para todas as companhias. Neste trabalho será elaborado um estudo de caso da Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV), tendo como proposta evidenciar a forma de geração e distribuição da riqueza pelos seus stakeholders, afim de proporcionar informações úteis aos usuários das informações nela contidas.



Segundo Corrêa (2010), os principais usuários da DVA são os clientes, fornecedores, trabalhadores, sindicatos, investidores, autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, a sociedade entre outros que possam utilizar de alguma forma as informações expostas na demonstração de valor adicionado, principalmente os dados referentes à distribuição da riqueza.

## **1.2 Problematização**

Com base no exposto acima chegou a seguinte questão:

Qual a capacidade de produção de riqueza da empresa AMBEV e como esta riqueza é distribuída pela mesma, no período de 2013 a 2017?

## **1.3. Justificativa**

Debater sobre o tema é de fundamental importância já que as informações contidas no DVA e seus índices podem ser decisivos para a tomada de decisão de um stakeholder. Segundo Santos (2015), a DVA pode servir tanto a investidores, interessados na distribuição da riqueza entre os acionistas, quanto aos sócios em relação a como está sendo aplicado o capital investido.

Diversos trabalhos foram feitos acerca da DVA nas últimas décadas. Cosenza (2003) analisou a eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado, onde busca explicar a importância desse relatório para os usuários que se interessam pela situação socioeconômica de determinada empresa em relação ao lugar que a mesma está inserida.

Cunha, Ribeiro e Santos (2005) buscaram entender como a DVA servia de instrumento para mensurar a distribuição da empresa, onde constataram, em uma pesquisa junto à 416 empresas cadastradas pela FIECAFI para a edição de Melhores e Maiores da revista EXAME, que os indicadores retirados da Demonstração do Valor Adicionado serviam de excelente base para avaliar a distribuição da riqueza pelas companhias.

No ano de 2009, diversos foram os estudos de caso para avaliar as informações contidas na DVA divulgadas pelas empresas. Almeida et al. (2009) estudou a produção e distribuição da riqueza entre os stakeholders da PETROBRAS durante o período de 1998 e 2007. Albuquerque e Boya (2009) analisaram os dados da Demonstração do Valor Adicionado referente a empresa Energisa Nova Friburgo durante o período de 2007 a 2008. Ainda, Ferreira e Almeida (2009) analisaram a forma de geração e distribuição do valor adicionado da VALE durante os anos de 2004 e 2008.

Destaca-se também o trabalho de Costa, Guimarães e Mello (2013), que apresentou os benefícios gerados pela obrigatoriedade da divulgação da DVA, avaliando o poder informativo da mesma em relação a geração e distribuição da empresa.

Após verificar a relevância e a quantidade de estudos sobre a DVA, justifica-se a importância do presente trabalho, que procura evidenciar para a sociedade o quanto a AMBEV contribui para a riqueza nacional e como a mesma é diluída entre os diferentes agentes econômicos.

#### **1.4 Delimitações**

O estudo será realizado através de análise da Demonstração do Valor Adicionado da empresa AMBEV S.A entre os anos de 2013 e 2017.

#### **1.5 Objetivo Geral**

O objetivo geral do estudo é analisar a Demonstração do Valor adicionado da empresa AMBEV, verificando como é gerada sua riqueza e como a distribui entre os stakeholders envolvidos.

#### **1.6 Objetivos Específicos**

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- Explicar os conceitos e importância da Demonstração do Valor Adicionado;
- Expor a estrutura da DVA e como ocorre a geração e distribuição da riqueza da AMBEV;
- Apresentar a forma como será feita a análise horizontal e vertical da DVA.
- Analisar os índices da AMBEV gerados através da DVA da empresa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Valor Adicionado**

O valor adicionado é um conceito empregado tanto no ambiente econômico quanto contábil, diferenciando-se pelo conceito de riqueza. Sousa e Chagas (2003 apud ALBUQUERQUE; BOYA, 2009) afirmam que, como na economia o valor adicionado é utilizado para que se obtenha a participação de uma determinada atividade econômica no Produto Interno Nacional, ele é medido em função da produção, enquanto na contabilidade mede-se em função das vendas por se tratar de um ambiente empresarial.

De acordo com Cosenza (2003), pode-se dizer que valor adicionado é a diferença entre a produção ou as vendas de uma empresa e o total de insumos de terceiros utilizados para esse fim. O resultado obtido refere-se aos esforços gastos pela companhia para que fosse formado o bem final.

Conforme explicado acima, o valor adicionado diz respeito ao quanto de valor a empresa agrega aos bens e serviços intermediários para que seja formado um novo bem ou serviço final, sendo também chamado de valor agregado. Logo, como esse resultado representa a precificação dos esforços da entidade, pode-se verificar ainda a forma que tal quantia está sendo diluída entre os agentes sociais que integram as atividades da empresa (TINOCO, 2001). Tais agentes da empresa são: governo, prestadores de serviços, credores financeiros, trabalhadores e acionistas.

O valor adicionado, também, é importante por traduzir a intervenção da empresa no processo econômico sequencial, ou seja, no âmbito de um determinado sistema econômico, e permitir a obtenção de informações sobre sua geração e distribuição de renda. É, ainda, importante no campo macroeconômico, como gerador de subsídios para medir a produção nacional, calcular e analisar a produção e a riqueza de uma economia (COSENZA et al, 2002, p.39).

Conclui-se que, apesar do valor adicionado poder ser mensurado tanto no âmbito econômico quanto contábil, eles não são necessariamente diferentes, pois se uma empresa vende tudo que produz, o valor adicionado será o mesmo em ambos os ambientes. Segundo Garcia (2004, p. 219), “[...] o Valor adicionado calculado pela contabilidade é perfeitamente reconciliável com o calculado economicamente. Sua mensuração também é de grande importância, pois demonstra a parcela de contribuição da empresa para a formação do PIB da economia em que está inserida”.

## **2.2 Balanço Social**

O Balanço Social é um demonstrativo feito pelas empresas à fim de reportar publicamente sua responsabilidade social. É um instrumento desenvolvido pela contabilidade com o intuito de demonstrar a situação e as ações feitas pela companhia no campo social, além de avaliar os resultados obtidos e seus efeitos na sociedade (DE LUCA, 1998).

A divulgação desse demonstrativo socioambiental possui grande importância. De acordo com Gelbcke, Iudícibus e Martins (2013), as informações do Balanço Social são importantes por expressar a postura da empresa diante a comunidade e para que os interessados em suas informações fiquem a par da linha de conduta da praticada pela companhia.

Como citado acima, as demandas por informações de cunho social e ambiental são cada vez mais requisitadas pelos usuários da informação, por representar a responsabilidade social das instituições. Segundo De Luca (1998), as questões sociais passaram a ser indagadas com maior frequência às companhias na década de 60 nos Estados Unidos, quando a população demandou o posicionamento

das empresas sobre assuntos debatidos na época, como a Guerra do Vietnã, uso de armamento sofisticados que prejudicavam o meio ambiente e o homem, e questões sobre a discriminação de raça e sexo no emprego, o que resultou na elaboração de relatórios de resultados atingidos por política social.

Ao passar do tempo, verificou-se também na Europa um apelo por relatórios sociais com informações sobre condições de trabalho, empregados, aspectos ambientais, entre outros dados que explanassem a responsabilidade social das organizações (DE LUCA, 1998)

De acordo com Costa, Guimarães e Mello (2013), o anseio por informações sociais no Brasil pode ser notado a partir dos seguintes anos e eventos:

- em 1961, com a criação, em São Paulo, da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE, iniciando no país uma pregação sobre a responsabilidade do dirigente da empresa nas questões sociais;
- em 1977, quando a ADCE organizou o 2º Encontro Nacional de Dirigentes Cristãos de Empresas, tendo como tema central o Balanço Social da empresa. Ainda nesse ano, na assembleia anual da União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresas (Uniapac), realizada no México, a delegação brasileira, liderada por Nelson Gomes Teixeira, Ernesto Lima Gonçalves e Paulo Caletti apresentou o trabalho “Balanço Social – Instrumento a Serviço da Empresa”;
- em 1979, a ADCE passou a organizar seus congressos anualmente, onde em todos eles o assunto Balanço Social tem sido objeto de reflexão;
- em 1984, foi publicado o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira: o relatório de atividades sociais da Nitrofertil, empresa estatal que se situava no Estado da Bahia, em uma tentativa de dar publicidade às ações sociais realizadas e ao processo participativo desenvolvido na empresa durante aquele período, recebendo o nome de Balanço Social da Nitrofertil;
- em 1992, o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) produziu um relatório completo denominado Balanço Social do Banespa, onde foram

divulgadas as ações realizadas durante o ano, sendo publicado no início de 1993;

- em 1997, o sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE – chamaram a atenção dos empresários para a importância e a necessidade da realização do Balanço Social das empresas em um modelo único e simples, sendo desenvolvido pelo IBASE em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas no ano 2000. Ainda em 1997, em um seminário no Rio de Janeiro sobre a importância do Balanço Social, o IBASE criou o selo "Balanço Social", que vem sendo fornecido até os dias de hoje para as empresas que divulgam seu Balanço Social.

Segundo a Gelbcke, Iudícibus e Martins (2013), o Balanço Social possui quatro vertentes: Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral. O Quadro I a seguir revela as características de cada vertente.

**QUADRO 1 - Balanço Social: Vertentes e Características**

VERTENTES	CARACTERÍSTICAS
Balanço Ambiental	Demonstra a postura da empresa em relação aos recursos naturais. São os gastos com proteção, preservação, e recuperação desses recursos, além dos investimentos em tecnologia e equipamentos voltados ao meio ambiente e passivo ambiental.
Balanço de Recursos Humanos	Ênfase na evidência do perfil dos trabalhadores: sexo, idade, formação escolar, tempo de trabalho, remuneração e benefícios, estado civil etc.
Demonstração do Valor Adicionado	Evidência da contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada, fornecendo informações

	sobre a forma de criação e distribuição da riqueza gerada.
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Exposição do que a empresa faz em relação à benefícios sociais, como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados etc.

Fonte: Adaptado de Gelbcke, Iudícibus e Martins (2013, p. 7)

## 2.3 Demonstração do Valor Adicionado

### 2.3.1 História da DVA

O valor adicionado é um conceito estudado e compreendido há anos, sendo os primeiros registros literários encontrados no tesouro americano do século XVIII (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005). Porém, os primeiros estudos sobre a DVA surgiram na Europa, na década de 70, quando houve uma necessidade de se introduzir um imposto sobre o valor agregados das empresas nos países europeus, atingindo uma grande popularidade no Reino Unido no final dos anos 70, com a publicação do *Corporate Report pelo Accounting Standards Steering Committee, atualmente Accounting Standards Committee*, em agosto de 1975 (BELKAQUI, 1998), onde era sugerida a elaboração da DVA para evidenciação da forma como os esforços e benefícios eram distribuídos pelos stakeholders das empresas (funcionários, governo, provedores de capital e reinvestimentos).

Tal recomendação foi aceita pelo Reino Unido, sendo uma das propostas do legislativo do Reino Unido, no relatório *The future of company reports*, em 1977, a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado, juntando-se ao Balanço Patrimonial, DRE e outras demonstrações contábeis (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Atingindo níveis de popularidade cada vez mais altos a partir dos anos 70, a DVA foi sendo adotada também por outros países europeus, como um relatório que

continha informações relevantes para a sociedade acerca da forma como a riqueza era gerada e distribuída, fazendo com que comitês e institutos contábeis passassem a se preocupar com a apresentação de tal demonstrativo (CUNHA, 2002).

Com o início no antigo continente, a DVA também está presente em diversos países africanos e na Índia. Esses países consideram as informações contidas na demonstração do valor adicionado tão relevantes que, qualquer empresa que queira se instalar em seus solos, têm a obrigatoriedade de apresentar a DVA para seus órgãos fiscalizadores, com o intuito de avaliar a riqueza que tal companhia é capaz de gerar dentro do país (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005). Porém, apesar de alguns países reconhecerem a sua importância, a DVA não é obrigatória segundo o IASB – *International Accounting Standards Board*, que desenvolve as principais normas de contabilidade ao redor do mundo, mas incentiva sua divulgação por reconhecer sua importância social e econômica.

No Brasil, o primeiro artigo sobre o assunto foi publicado pelo professor Eliseu Martins, da Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, no ano de 1989, dando início a várias pesquisas acerca da DVA que se estendem até os dias de hoje (CUNHA, 2002).

De acordo com o próprio Martins (1997), a primeira empresa a divulgar a demonstração do valor adicionado em forma de nota explicativa foi a Mappin Lojas de Departamentos S/A, controlada da Anglo Brasileira S/A, referente ao ano de 1994, enquanto outras empresas apenas divulgavam em seu relatório da administração, como o Banco Itaú.

Com o intuito de incentivar e auxiliar essa divulgação contábil de cunho social-econômico, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) começou a emitir resoluções acerca da forma e importância da elaboração da demonstração do valor adicionado e do balanço social, ajudando e orientando os contadores na elaboração dos demonstrativos acima.

Em 2004 houve a primeira resolução emitida pelo CFC, de nº 1.003/2004, onde foi aprovada a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, que estabelece os métodos para a evidenciação das informações sociais e ambientais das empresas, como a geração e distribuição da riqueza, os recursos humanos, a forma



como a empresa interage com o ambiente externo e com o meio ambiente (CFC, 2004).

No ano posterior, o órgão contábil publicou a resolução de nº 1.010/2005, onde foi aprovada a NBC T 3.7- Demonstração do Valor Adicionado, com os procedimentos necessários para a evidenciação das informações relacionadas ao valor adicionado gerado e distribuído pela entidade. Vale ressaltar que essa resolução foi revogada pela Resolução nº 1.138/2008, mas a NBC T 3.7 continua em vigor (CFC, 2008)

Em seguida, em 2007, a demonstração do valor adicionado obteve seu amparo legal através da aprovação da Lei 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades Anônimas, a Lei 6.404/76, onde logo no 1º artigo da nova lei ocorre a adição da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado ao grupo de demonstrativos contábeis de divulgação obrigatória pelas empresas de capital aberto (SCHREIBER, 2012).

Por fim, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou, em 2008, o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que possui o objetivo de estabelecer os critérios para elaboração, apresentação e divulgação da DVA das empresas que atuam no Brasil.

### **2.3.2 CPC 09**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) surgiu no ano de 2005, através da resolução nº 1.055/05 feita pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o intuito de analisar, orientar, discutir, interpretar e divulgar pronunciamentos técnicos acerca dos procedimentos contábeis que devem ser adotados em diversas situações, sendo essas normas emitidas de acordo com o International Accounting Standards Board (IASB), devido à importância da uniformidade e internacionalização das normas e demonstrativos contábeis (CPC, 2005).

Uma das normas criadas pelo CPC após sua fundação foi o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, no ano de 2008, logo após a aprovação da Lei nº 11.638/07 que tornou obrigatória a apresentação da DVA pelas companhias de capital aberto sediadas no Brasil, com a finalidade de estabelecer os critérios para elaboração e apresentação desse demonstrativo, ainda que a divulgação de tal não seja obrigatória segundo o IASB (CPC 09, 2008).

Em seu conteúdo, o CPC 09 busca relatar o alcance, composição, apresentação e características das informações contidas na DVA, buscando tornar clara a divulgação e interpretação da riqueza gerada e distribuída pelas empresas (CPC 09, 2008).

De acordo com o pronunciamento, a DVA pode ser dividida em duas partes. A primeira referente ao detalhamento da criação da riqueza, onde são apresentadas as receitas, os insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido em transferências, enquanto a segunda parte é relativa à distribuição da riqueza entre os agentes sociais da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis); remuneração do capital próprio (juros sobre capital próprio e dividendos) e lucros retidos/prejuízo do exercício (CPC 09, 2008).

Em relação à divulgação, a Resolução nº 1.138, de 21 de novembro de 2008, propõe três modelos para a divulgação da DVA, dependendo das atividades exercidas pelas entidades: o primeiro para empresas em geral, como comércio e indústria; o segundo para instituições financeiras bancárias; o terceiro para as Seguradoras (CFC, 2008). Tais modelos possuem sua estrutura muito semelhante, tendo apenas algumas diferenças na forma de apresentação das receitas e despesas por se tratarem de empresas com atividades fins diferentes.

Pelo fato do presente estudo ser referente à Ambev, uma empresa produtora de bens de consumo, a mesma divulga sua DVA de acordo com o Modelo I do CPC 09, tendo que ser apresentada de acordo com o Quadro 2.

**QUADRO 2** - Estrutura para empresas em gerais conforme CPC 09

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		

1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas Financeiras		
6.3) Outras		
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 – Aluguéis		

8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09 (2008).

### 2.3.3 A importância da DVA

Com a aprovação da Lei nº 11.638/07, a DVA foi inserida ao grupo de informativos financeiros de apresentação obrigatória pelas Sociedades Anônimas. De acordo com Neves e Viceconti (2002), as informações contidas na DVA e na DRE são complementares e imprescindíveis. Enquanto a Demonstração do Resultado divulga a riqueza destinada à companhia sob a ótica do proprietário, onde a parte de terceiros é considerada custos ou despesas, a Demonstração do Valor Adicionado demonstra à sociedade não só a forma como foi criada a riqueza, mas também como foi distribuída pelos stakeholders, sendo uma visão mais abrangente do que aquelas apresentadas pela DRE.

Segundo Almeida et al. (2009), as informações contidas na DVA servem como base para análises contábeis referentes à relação da companhia com seus agentes sociais tanto internos, como administradores, empregados, acionistas e proprietários, quanto externos como sindicatos, governos, credores e financiadores, por exemplo.

Complementando a ideia acima, Kroetz e Cosenza (2003) entendem que as informações geradas pela DVA atendem às necessidades distintas de cada stakeholder, como:

- a) **aos empregados e sindicatos:** serve como base para negociações salariais, estudos das evoluções das remunerações, comparação entre companhias do mesmo segmento, etc.;

- b) aos administradores:** serve como meio para o planejamento estratégico, para tomadas de decisão e ao controle, além de demonstrar a parcela de remuneração que lhes pertence;
- c) aos acionistas e proprietários:** apresenta a parte que os formadores do capital próprio da entidade têm direito, servindo como base para análises de reinvestimento e redimensionamento dos recursos;
- d) aos financiadores e credores:** as informações contidas na DVA esclarecem a este grupo a saúde econômica da empresa, além dos indícios evolutivos ou regressivos da geração de riqueza;
- e) aos governos e instituições:** servem como suporte para estudos comparativos da carga tributária por setores ou atividades, avaliando quais os maiores contribuintes para a receita tributária, resultando em possíveis reformulações legais como a constituição de impostos seletivos e redimensionamento de tributos por regiões;
- f) à sociedade:** por meio da DVA, a sociedade toma ciência da representatividade das práticas de responsabilidade social das empresas, além de avaliar a geração de riqueza e suas formas de distribuição.

Outra importância da DVA é a sua aplicabilidade na ciência econômica, principalmente no âmbito da macroeconomia, por servir de ferramenta útil para o cálculo e determinação do produto nacional, definindo a noção de riqueza gerada por cada unidade produtora no sistema econômico (SANTOS; HASHIMOTO, 2003). Porém, é de se ressaltar a necessidade dos ajustes em relação ao valor adicionado contábil e o econômico, uma vez que o primeiro é calculado com base nas vendas, enquanto o segundo é obtido através da produção.

Sendo assim, conclui-se que a Demonstração do Valor Adicionado é um instrumento de suma importância para seus usuários, pois revela dados significativos acerca das atividades e posicionamentos das entidades no âmbito financeiro, econômico e social, servindo de base para uma avaliação criteriosa do papel social desempenhado pelas empresas (ALMEIDA et al., 2009).

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa utilizada é de caráter descritivo, pois procura-se descrever os fenômenos e fatos de determinado estudo (TRIVIÑOS, 1987), no caso a forma de geração e distribuição da riqueza pela AMBEV.

Em relação à abordagem do problema, esta é uma pesquisa quantitativa porque, de acordo com Beuren (2004, p. 80), “esta abordagem caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estáticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, este estudo é do tipo estudo de caso. De acordo com Gil (1999, p. 92), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo”.

O estudo será realizado através de análise dos dados extraídos da DVA da AMBEV, durante os anos de 2013 a 2017. Para o alcance dos objetivos da pesquisa, serão verificadas as mudanças das informações ocorridas durante os períodos estudados, através dos métodos de análise vertical e horizontal, além de examinar os indicadores obtidos através da Demonstração do Valor Adicionado da empresa.

## **4 ESTUDO DE CASO**

### **4.1 Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV)**

A empresa em estudo, a Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV, de acordo com seu site, é uma empresa de capital aberto, com sede em São Paulo e atuações em todo o Brasil e no continente. No total, opera em 18 países das Américas, sendo agrupada em três divisões: América Latina Norte (Brasil, América Central e Caribe), América Latina Sul (Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile) e Canadá, por intermédio da *Labatt Brewing Company Limited* (“Labatt”), que exporta também para os Estados Unidos da América.

Surgiu em 1999, com a fusão da Companhia Antártica Paulista e da Companhia Cervejaria Brahma (CAMARGOS; BARBOSA, 2005).

Em 2002, a empresa foi eleita pela revista EXAME como maior e melhor empresa do setor de bebidas de 2001. Em 2004, ela foi adquirida pela cervejaria belga

Interbrew, formando a Inbev que, em 2008, comprou a cervejaria americana Anheuser-Busch, transformando-se em AB Inbev e liderando o *ranking* de maiores cervejarias do mundo feito pela mesma revista citada anteriormente. Ressalta-se que, apesar de sua relevância, a empresa não atua somente no ramo cervejeiro, mas também em outros mercados de bebidas como refrigerante, águas, chás, isotônicos, energéticos e sucos.

A Ambev, entre 2014 e 2017, passou a ocupar o posto de empresa mais valiosa da América Latina, ultrapassando companhias como Petrobrás e Vale, de acordo com o jornal Folha de São Paulo, com um valor de mercado no ápice em setembro de 2017 de aproximadamente 343 milhões de reais, caindo de posição apenas em 2018, segundo o mesmo jornal, para a empresa do ramo petrolífero.

Por sua importância no cenário econômico nacional e internacional, faz-se necessária uma análise da forma de geração e distribuição da riqueza, justificando o presente estudo.

## **4.2 Tratamento dos Dados**

Neste estudo de caso, os dados utilizados são referentes à Demonstração do Valor Adicionado da empresa Ambev entre os anos de 2013 a 2017. As informações obtidas foram analisadas através do método de análise horizontal e vertical, e pela utilização de índices propostos por Ludícibus (2012).

A importância de se fazer a análise horizontal é a evidência da variação de cada item das demonstrações contábeis por períodos. Utilizando-se do ano mais antigo como base, é possível verificar, em porcentagem, o aumento ou diminuição de determinado elemento durante os anos (HOJI, 2004). Pode-se também calcular os aumentos anuais, através da análise horizontal anual, quando ao invés de usar o ano mais antigo como base, utiliza-se do ano anterior (CAMELO et al., 2007). Tal método foi o escolhido para ser utilizado no atual estudo.

Em relação à análise vertical, Ludícibus (2012, p. 86) argumenta que “Este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.” No caso da DVA, procura-se verificar dois itens: a importância de cada grupo para a origem da riqueza em relação à receita, que é utilizada como valor base,

durante o ano corrente; a composição de cada beneficiário na distribuição da riqueza em relação ao valor adicionado, onde utiliza-se da distribuição do valor adicionado como valor base.

Para complementar as informações evidenciadas na análise vertical e horizontal, foram utilizados índices propostos pelo professor Sérgio Ludícibus para análise da Demonstração do Valor Adicionado, evidenciados no Quadro 3.

**QUADRO 3** – Indicadores para análise da DVA

<b>INDICADORES</b>	<b>FÓRMULA</b>	<b>CONCEITO</b>
Potencial do Ativo em formar riqueza	$PA = \frac{\text{VALOR ADICIONADO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$	Este índice mede quanto que cada real investido no ativo gera de riqueza
Potencial de produzir riqueza	$PPR = \frac{\text{VALOR ADIC. LIQ. PROD}}{\text{VALOR ADICIONADO}}$	Mede quanto do valor adicionado a distribuir foi formado pela empresa.
Retenção da Receita	$RR = \frac{\text{VALOR ADICIONADO}}{\text{RECEITA TOTAL}}$	Este índice mostra quanto da riqueza gerada fica dentro da empresa
Valor Adicionado per Capita	$VAPC = \frac{\text{VALOR ADICIONADO}}{\text{Nº DE FUNCIONÁRIOS}}$	Este índice mostra quanto cada funcionário contribuiu para a geração da riqueza
Percentual de distribuição aos Empregados	$PDE = \frac{\text{EMPREGADOS}}{\text{VALOR ADICIONADO}}$	Este índice mede o percentual do valor adicionado que foi destinado aos empregados
Percentual de distribuição às Instituições Financeiras	$PDIF = \frac{\text{JUROS}}{\text{VALOR ADICIONADO}}$	Este índice mede o percentual do valor adicionado que foi destinado às instituições financeiras
Percentual de distribuição aos Acionistas	$PDA = \frac{\text{DIVIDENDOS}}{\text{VALOR ADICIONADO}}$	Este índice mede o percentual do valor adicionado que foi destinado aos acionistas



Percentual de distribuição ao Governo	$\text{PDG} = \frac{\text{TRIBUTOS}}{\text{VALOR ADICIONADO}}$	mede o percentual do valor adicionado que foi destinado ao governo
Percentual de retenção do Valor Adicionado	$\text{PRVA} = \frac{\text{LUCRO RETIDO}}{\text{VALOR ADICIONADO}}$	mede o percentual do valor adicionado que foi retido pela empresa

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2012).

### 4.3 Apresentação dos Dados

**QUADRO 4 – Análise Horizontal – Demonstração do Valor Adicionado da Ambev 2013-2017**

<b>Demonstração do Valor Adicionado Consolidado (Reais Mil)</b>									
<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>índice (%)</b>	<b>2015</b>	<b>índice (%)</b>	<b>2016</b>	<b>índice (%)</b>	<b>2017</b>	<b>índice (%)</b>
<b>1 Receitas</b>	<b>53.864.909</b>	<b>59.682.893</b>	<b>11%</b>	<b>71.276.318</b>	<b>19%</b>	<b>71.583.332</b>	<b>0%</b>	<b>73.758.033</b>	<b>3%</b>
1.1 Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.757.475	59.035.962	12%	70.463.429	19%	69.654.660	-1%	73.674.539	6%
1.2 Outras Receitas	1.146.071	701.296	-39%	891.867	27%	2.010.817	125%	166.599	-92%
1.3 Receitas refs. À Construção de Ativos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-38.637	-54.365	41%	-78.978	45%	-82.145	4%	-83.105	1%
<b>2 Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>18.551.738</b>	<b>-21.271.225</b>	<b>15%</b>	<b>26.254.108</b>	<b>23%</b>	<b>25.952.460</b>	<b>-1%</b>	<b>27.140.996</b>	<b>5%</b>
2.1 Custos Prods., Merc. E Servs. Vendidos	12.653.904	-14.226.235	12%	18.189.091	28%	17.604.305	-3%	17.766.004	1%
2.2 Materiais, Energia, Servs. De Terceiros e Outros	-5.824.561	-6.943.152	19%	-7.953.860	15%	-8.227.270	3%	-9.248.933	12%
2.3 Perda/Recuperação de Valores Ativos	-73.273	-101.838	39%	-111.157	9%	-120.885	9%	-126.059	4%
<b>3 Valor Adicionado Bruto (1+2)</b>	<b>35.313.171</b>	<b>38.411.668</b>	<b>9%</b>	<b>45.022.210</b>	<b>17%</b>	<b>45.630.872</b>	<b>1%</b>	<b>46.617.037</b>	<b>2%</b>
<b>4 Depreciação, Amortização e Exaustão</b>	<b>-2.031.823</b>	<b>-2.290.670</b>	<b>13%</b>	<b>-2.963.463</b>	<b>29%</b>	<b>-3.391.158</b>	<b>14%</b>	<b>-3.486.022</b>	<b>3%</b>
<b>5 Valor Adicionado Líquido Produzido (3+4)</b>	<b>33.281.348</b>	<b>36.120.998</b>	<b>9%</b>	<b>42.058.747</b>	<b>16%</b>	<b>42.239.714</b>	<b>0%</b>	<b>43.131.015</b>	<b>2%</b>
<b>6 Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>752.550</b>	<b>956.025</b>	<b>27%</b>	<b>988.644</b>	<b>3%</b>	<b>568.732</b>	<b>-42%</b>	<b>468.016</b>	<b>-18%</b>
6.1 Resultado de Equivalência Patrimonial	11.419	17.378	52%	3.094	-82%	-4.985	-261%	-3.115	-38%
6.2 Receitas Financeiras	933.581	1.173.223	26%	1.294.226	10%	895.947	-31%	774.398	-14%
6.3 Outros	-192.450	-234.576	22%	-308.676	32%	-322.230	4%	-303.267	-6%
<b>7 Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)</b>	<b>34.033.898</b>	<b>37.077.023</b>	<b>9%</b>	<b>43.047.391</b>	<b>16%</b>	<b>42.808.446</b>	<b>-1%</b>	<b>43.599.031</b>	<b>2%</b>
<b>8 Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>34.033.898</b>	<b>37.077.023</b>	<b>9%</b>	<b>43.047.391</b>	<b>16%</b>	<b>42.808.446</b>	<b>-1%</b>	<b>43.599.031</b>	<b>2%</b>
<b>8.1 Pessoal</b>	<b>3.031.758</b>	<b>2.995.177</b>	<b>-1%</b>	<b>3.772.775</b>	<b>26%</b>	<b>3.682.076</b>	<b>-2%</b>	<b>4.315.914</b>	<b>17%</b>
8.1.1 Remuneração Direta	2.598.492	2.542.550	-2%	3.262.304	28%	3.191.046	-2%	3.832.371	20%

8.1.2 Benefícios	221.510	221.282	0%	247.731	12%	245.299	-1%	239.407	-2%
8.1.3 F.G.T.S.	86.184	85.218	-1%	96.617	13%	115.183	19%	116.078	1%
8.1.4 Outros	125.572	146.127	16%	166.123	14%	130.548	-21%	128.058	-2%
<b>8.2 Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>17.015.996</b>	<b>18.957.085</b>	<b>11%</b>	<b>22.765.476</b>	<b>20%</b>	<b>21.383.688</b>	<b>-6%</b>	<b>27.050.929</b>	<b>27%</b>
8.2.1 Federais	7.766.151	7.773.234	0%	10.875.794	40%	8.785.455	-19%	12.947.689	47%
8.2.2 Estaduais	9.233.078	11.163.850	21%	11.866.951	6%	12.572.669	6%	14.075.274	12%
8.2.3 Municipais	16.767	20.001	19%	22.731	14%	25.564	12%	27.966	9%
<b>8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>2.586.707</b>	<b>2.762.742</b>	<b>7%</b>	<b>3.629.998</b>	<b>31%</b>	<b>4.659.285</b>	<b>28%</b>	<b>4.381.684</b>	<b>-6%</b>
8.3.1 Juros	2.402.482	2.570.512	7%	3.416.043	33%	4.373.368	28%	4.088.605	-7%
8.3.2 Aluguéis	184.225	192.230	4%	213.955	11%	285.917	34%	293.079	3%
8.3.3 Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>8.4 Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>9.164.935</b>	<b>12.362.019</b>	<b>35%</b>	<b>12.879.142</b>	<b>4%</b>	<b>13.083.397</b>	<b>2%</b>	<b>7.850.504</b>	<b>-40%</b>
8.4.1 Juros sobre o Capital Próprio	0	3.611.829	-	4.866.270	35%	3.454.173	-29%	2.277.495	-34%
8.4.2 Dividendos	2.951.119	5.492.192	86%	2.352.390	-57%	5.651.827	140%	3.612.792	-36%
8.4.3 Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.371.703	2.961.491	-32%	5.205.111	76%	3.440.610	-34%	1.441.681	-58%
8.4.4 Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.842.113	296.507	-84%	455.371	54%	536.787	18%	518.536	-3%
<b>8.5 Outros</b>	<b>2.234.502</b>	<b>-</b>	<b>-100%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
8.5.1 Ajuste do Lucro para fins de Apresentação pelo Método de Custo Precedente	2.234.502	-	-100%	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ambev (2017); Ambev (2015)

**QUADRO 5 – Análise Vertical – Demonstração do Valor Adicionado da Ambev 2013-2017**

<b>Demonstração do Valor Adicionado Consolidado (Reais Mil)</b>										
<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>índice (%)</b>	<b>2014</b>	<b>índice (%)</b>	<b>2015</b>	<b>índice (%)</b>	<b>2016</b>	<b>índice (%)</b>	<b>2017</b>	<b>índice (%)</b>
<b>1 Receitas</b>	<b>53.864.909</b>	<b>100,00%</b>	<b>59.682.893</b>	<b>100%</b>	<b>71.276.318</b>	<b>100%</b>	<b>71.583.332</b>	<b>100%</b>	<b>73.758.033</b>	<b>100%</b>
1.1 Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.757.475	97,94%	59.035.962	98,92%	70.463.429	98,86%	69.654.660	97,31%	73.674.539	99,89%
1.2 Outras Receitas	1.146.071	2,13%	701.296	1,18%	891.867	1,25%	2.010.817	2,81%	166.599	0,23%
1.3 Receitas refs. À Construção de Ativos Próprios	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
1.4 Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-38.637	-0,07%	-54.365	-0,09%	-78.978	-0,11%	-82.145	-0,11%	-83.105	-0,11%
<b>2 Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>18.551.738</b>	<b>-34,44%</b>	<b>21.271.225</b>	<b>-35,64%</b>	<b>26.254.108</b>	<b>-36,83%</b>	<b>25.952.460</b>	<b>-36,25%</b>	<b>27.140.996</b>	<b>-36,80%</b>
2.1 Custos Prods., Mercs. E Servs. Vendidos	12.653.904	-23,49%	14.226.235	-23,84%	18.189.091	-25,52%	17.604.305	-24,59%	17.766.004	-24,09%
2.2 Materiais, Energia, Servs. De Terceiros e Outros	-5.824.561	-10,81%	-6.943.152	-11,63%	-7.953.860	-11,16%	-8.227.270	-11,49%	-9.248.933	-12,54%
2.3 Perda/Recuperação de Valores Ativos	-73.273	-0,14%	-101.838	-0,17%	-111.157	-0,16%	-120.885	-0,17%	-126.059	-0,17%
<b>3 Valor Adicionado Bruto</b>	<b>35.313.171</b>	<b>65,56%</b>	<b>38.411.668</b>	<b>64,36%</b>	<b>45.022.210</b>	<b>63,17%</b>	<b>45.630.872</b>	<b>63,75%</b>	<b>46.617.037</b>	<b>63,20%</b>
<b>4 Depreciação, Amortização e Exaustão</b>	<b>-2.031.823</b>	<b>-3,77%</b>	<b>-2.290.670</b>	<b>-3,84%</b>	<b>-2.963.463</b>	<b>-4,16%</b>	<b>-3.391.158</b>	<b>-4,74%</b>	<b>-3.486.022</b>	<b>-4,73%</b>
<b>5 Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>33.281.348</b>	<b>61,79%</b>	<b>36.120.998</b>	<b>60,52%</b>	<b>42.058.747</b>	<b>59,01%</b>	<b>42.239.714</b>	<b>59,01%</b>	<b>43.131.015</b>	<b>58,48%</b>
<b>6 Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>752.550</b>	<b>1,40%</b>	<b>956.025</b>	<b>1,60%</b>	<b>988.644</b>	<b>1,39%</b>	<b>568.732</b>	<b>0,79%</b>	<b>468.016</b>	<b>0,63%</b>
6.1 Resultado de Equivalência Patrimonial	11.419	0,02%	17.378	0,03%	3.094	0,00%	-4.985	-0,01%	-3.115	0,00%
6.2 Receitas Financeiras	933.581	1,73%	1.173.223	1,97%	1.294.226	1,82%	895.947	1,25%	774.398	1,05%
6.3 Outros	-192.450	-0,36%	-234.576	-0,39%	-308.676	-0,43%	-322.230	-0,45%	-303.267	-0,41%
<b>7 Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>34.033.898</b>	<b>63,18%</b>	<b>37.077.023</b>	<b>62,12%</b>	<b>43.047.391</b>	<b>60,40%</b>	<b>42.808.446</b>	<b>59,80%</b>	<b>43.599.031</b>	<b>59,11%</b>
<b>8 Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>34.033.898</b>	<b>100%</b>	<b>37.077.023</b>	<b>100%</b>	<b>43.047.391</b>	<b>100%</b>	<b>42.808.446</b>	<b>100%</b>	<b>43.599.031</b>	<b>100%</b>
<b>8.1 Pessoal</b>	<b>3.031.758</b>	<b>8,91%</b>	<b>2.995.177</b>	<b>8,08%</b>	<b>3.772.775</b>	<b>8,76%</b>	<b>3.682.076</b>	<b>8,60%</b>	<b>4.315.914</b>	<b>9,90%</b>

8.1.1 Remuneração Direta	2.598.492	7,64%	2.542.550	6,86%	3.262.304	7,58%	3.191.046	7,45%	3.832.371	8,79%
8.1.2 Benefícios	221.510	0,65%	221.282	0,60%	247.731	0,58%	245.299	0,57%	239.407	0,55%
8.1.3 F.G.T.S.	86.184	0,25%	85.218	0,23%	96.617	0,22%	115.183	0,27%	116.078	0,27%
8.1.4 Outros	125.572	0,37%	146.127	0,39%	166.123	0,39%	130.548	0,30%	128.058	0,29%
<b>8.2 Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>17.015.996</b>	<b>50,00%</b>	<b>18.957.085</b>	<b>51,13%</b>	<b>22.765.476</b>	<b>52,88%</b>	<b>21.383.688</b>	<b>49,95%</b>	<b>27.050.929</b>	<b>62,04%</b>
8.2.1 Federais	7.766.151	22,82%	7.773.234	20,97%	10.875.794	25,26%	8.785.455	20,52%	12.947.689	29,70%
8.2.2 Estaduais	9.233.078	27,13%	11.163.850	30,11%	11.866.951	27,57%	12.572.669	29,37%	14.075.274	32,28%
8.2.3 Municipais	16.767	0,05%	20.001	0,05%	22.731	0,05%	25.564	0,06%	27.966	0,06%
<b>8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>2.586.707</b>	<b>7,60%</b>	<b>2.762.742</b>	<b>7,45%</b>	<b>3.629.998</b>	<b>8,43%</b>	<b>4.659.285</b>	<b>10,88%</b>	<b>4.381.684</b>	<b>10,05%</b>
8.3.1 Juros	2.402.482	7,06%	2.570.512	6,93%	3.416.043	7,94%	4.373.368	10,22%	4.088.605	9,38%
8.3.2 Aluguéis	184.225	0,54%	192.230	0,52%	213.955	0,50%	285.917	0,67%	293.079	0,67%
8.3.3 Outras	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>8.4 Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>9.164.935</b>	<b>26,93%</b>	<b>12.362.019</b>	<b>33,34%</b>	<b>12.879.142</b>	<b>29,92%</b>	<b>13.083.397</b>	<b>30,56%</b>	<b>7.850.504</b>	<b>18,01%</b>
8.4.1 Juros sobre o Capital Próprio	0	0,00%	3.611.829	9,74%	4.866.270	11,30%	3.454.173	8,07%	2.277.495	5,22%
8.4.2 Dividendos	2.951.119	8,67%	5.492.192	14,81%	2.352.390	5,46%	5.651.827	13,20%	3.612.792	8,29%
8.4.3 Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.371.703	12,85%	2.961.491	7,99%	5.205.111	12,09%	3.440.610	8,04%	1.441.681	3,31%
8.4.4 Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.842.113	5,41%	296.507	0,80%	455.371	1,06%	536.787	1,25%	518.536	1,19%
<b>8.5 Outros</b>	<b>2.234.502</b>	<b>6,57%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
8.5.1 Ajuste do Lucro para fins de Apresentação pelo Método de Custo Precedente	2.234.502	6,57%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%

Fonte: Ambev (2017); Ambev (2015)

Para serem gerados os índices propostos no subcapítulo anterior, são necessárias informações que não estão presentes na Demonstração do Valor Adicionado, que são o número de funcionários e o total do Ativo da empresa. O primeiro dado foi obtido através do Relatório de Administração da Ambev, onde é divulgado o número aproximado de funcionários, enquanto o segundo foi retirado do Balanço Patrimonial Consolidado da empresa e são demonstrados no Quadro 6.

**Quadro 6** – Informações Adicionais

	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Nº de funcionários aproximado (em mil)</b>	52,9	51,9	52,9	53,2	51,4
<b>Total do Ativo (Reais mil)</b>	69.085.180	72.143.203	90.176.234	83.841.418	86.851.989

Fonte: Adaptado do Relatório Administrativo Ambev e do Balanço Patrimonial (2013, 2014, 2015 e 2016)

Os índices gerados a partir dos dados obtidos são apresentados abaixo, na Tabela 1.

**Tabela 1** – Resultado dos Indicadores

<b>Indicadores</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>PA</b>	0,49	0,51	0,48	0,51	0,50
<b>PPR</b>	98%	97%	98%	99%	99%
<b>RR</b>	0,63	0,62	0,60	0,60	0,59
<b>VAPC</b>	643.363	714.394	813.750	804.670	848.230
<b>PDE</b>	9%	8%	9%	9%	10%
<b>PDIF</b>	7%	7%	8%	10%	9%
<b>PDA*</b>	9%	25%	17%	21%	14%
<b>PDG</b>	50%	51%	53%	50%	62%
<b>PRVA</b>	13%	8%	12%	8%	3%

Fonte: Elaborado pelo Autor

\*Foram considerados os juros sobre capital próprio e os dividendos como forma de remuneração aos acionistas

#### 4.4 Análise dos Dados

A partir dos dados obtidos pela Demonstração do Valor Adicionado e pelos indicadores, pode-se observar que, em 2013, 98% da receita da empresa é resultado da venda de mercadorias, produtos ou serviços, sendo o restante resultado de outras receitas e das provisões para créditos de liquidação duvidosa, que representam apenas -0,07% da receita, evidenciando que a companhia espera receber grande parte de suas vendas à prazo.

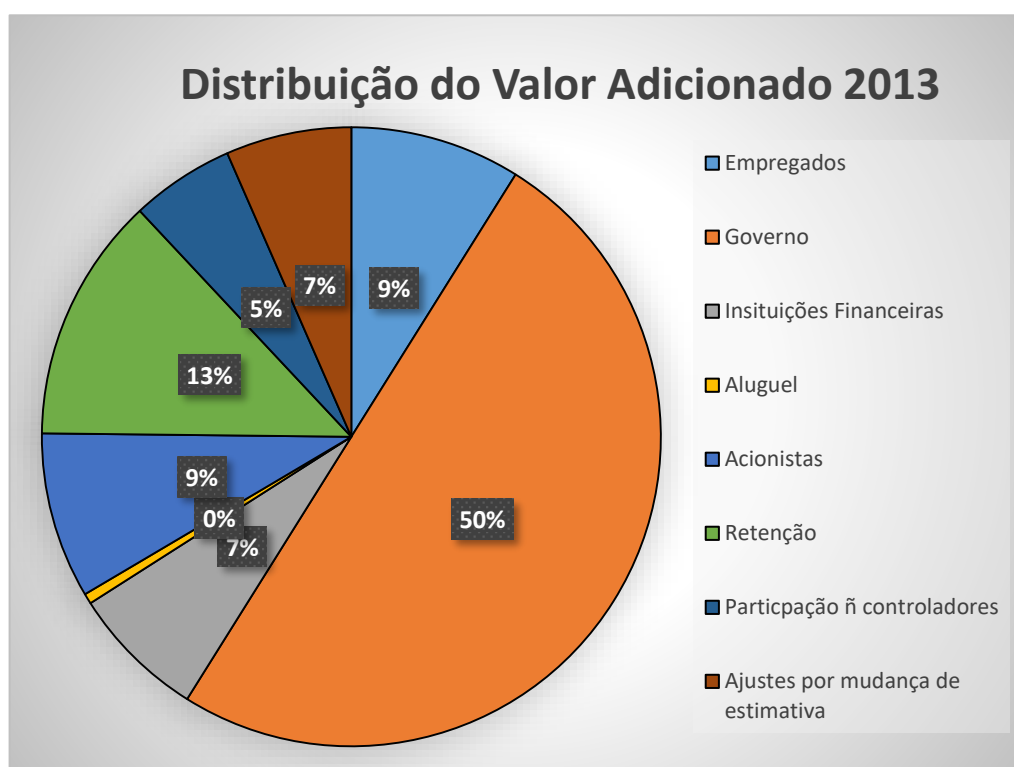
Ainda em relação à 2013, foram adquiridos de terceiros um total de R\$18.551.738.000, equivalentes à 34,44% das receitas. Dentre esses insumos adquiridos, 23,5% são referentes aos custos de mercadoria, produtos e serviços vendidos, 10,8% referentes às despesas de materiais, energia e outros serviços de terceiros. Notou-se também um total de 3,77% da receita representados pelas depreciações, amortizações e exaustão, além de um valor adicionado recebido de transferências de 1,40% da receita, sendo a maior parte provenientes das receitas financeiras, 1,70%, que ainda foram reduzidos por outras perdas em transferências no valor de 0,36% da receita, decorrentes de investimentos avaliados ao custo, direito de franquia, etc.

Constata-se assim um valor adicionado total a distribuir nesse período de R\$34.033.898.000, que representa uma retenção da receita de 63,18% de acordo com índice encontrado na tabela I. Tal valor é formado em sua maioria pelo valor adicionado líquido produzido, responsável por cerca de 98%. Destaca-se ainda que a empresa tem um potencial de gerar riqueza através do seu ativo de 0,49, ou seja, a cada 1 real investido em um ativo, o mesmo gerou R\$0,49 de riqueza para a empresa em 2013.

Sobre a distribuição da riqueza em 2013, destaca-se que o governo ficou com a maior fatia, aproximadamente 50% do valor adicionado, conforme o índice PDG. Outros beneficiários foram os acionistas, que ficaram com 9% da riqueza criada pela companhia, mesma porcentagem do valor adicionado distribuído aos

empregados da empresa, onde cada funcionário foi responsável por R\$643.363 para gerar a riqueza da empresa através dos seus esforços, de acordo com o VAPC. As instituições financeiras, através dos juros pagos pela Ambev, receberam 7% da riqueza, restando ainda 13% do valor adicionado retido pela empresa para ser reinvestido, maior porcentagem de tal índice entre os períodos estudados.

Destacam-se ainda valores que não foram abordados pelos indicadores da tabela 1, como aluguéis e arrendamentos pagos a terceiros, parcela do lucro retido destinados a não controladores e ajuste do lucro devido a mudança do método de custo. Segue abaixo o gráfico da distribuição do valor adicionado de 2013 pela empresa contendo todos os beneficiários.



**Gráfico 1: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2013**

No ano de 2014, verificou-se um aumento da receita de 11%, resultante principalmente do aumento das vendas de mercadoria, produtos e serviços. Destaca-se também um aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa de 41%, verificando assim um maior receio da companhia em suas vendas a prazo.



Em relação aos insumos adquiridos de terceiros, a proporção com a receita teve um leve aumento de 1% em relação à 2014, isso porque do mesmo jeito que a receita aumentou 11%, os insumos aumentaram em 15%, resultantes dos aumentos dos custos de mercadorias, produtos e serviços (12%), despesas com serviços de terceiros, materiais, energia, luz etc. (19%) e da perda de valores ativos de 39%.

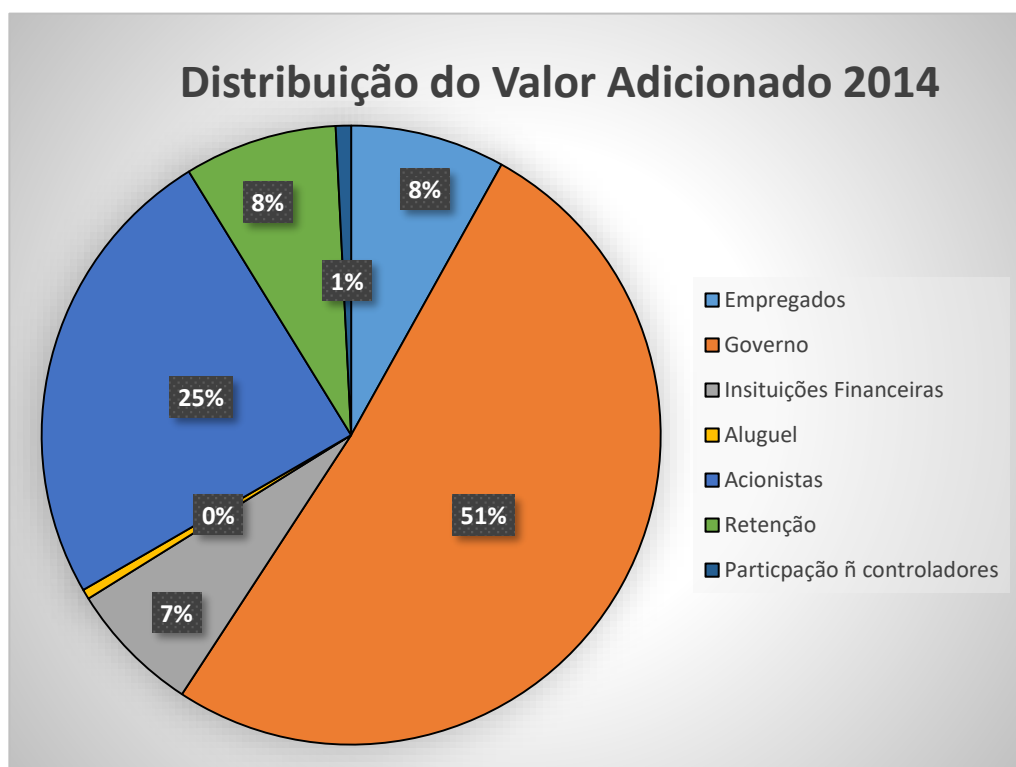
A depreciação, amortização e exaustões teve um aumento de 13% em 2014, mas manteve a proporção com a receita de 2013. Em relação aos valores recebidos de transferências, houve um aumento de 27% em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pelo aumento das receitas financeiras (26%), com destaque no aumento dos ganhos com derivativos não considerados como *hedge accounting* (AMBEV S.A., 2014). Ressalta-se também aumento no resultado de equivalência patrimonial (52%). Ao final, verificou-se um aumento de 9% no valor adicionado total a distribuir em relação a 2013, tendo a relação valor adicionado produzido e valor adicionado total uma redução de aproximadamente 1%, resultado principalmente pelo aumento do valor adicionado recebido de transferências. Destaca-se ainda um aumento no potencial de gerar riqueza através do seu ativo de 0,02 em relação a 2013, onde cada real investido no ativo gera 0,51 centavos de riqueza a ser distribuída.

No que diz respeito à distribuição do valor adicionado, verifica-se uma leve diminuição de 1% do valor adicionado que foi destinado aos empregados da companhia, resultando em 8% da riqueza gerada, onde foi verificado também que cada funcionário contribuiu em 714.394 de riqueza para a companhia. Em relação à parcela destinada ao governo, houve um aumento no montante de 11%, principalmente nos impostos estaduais (21%). Porém, no que diz respeito ao PDG, houve um aumento de apenas 1%, já que também houve um aumento no denominador, resultando assim em 51% do valor adicionado total a distribuir indo para o Estado.

As instituições financeiras receberam 7% do valor adicionado gerado pela empresa em 2014, mesma porcentagem do ano anterior. O destaque entre os beneficiários da distribuição da riqueza foram os acionistas, que em 2013

receberam 9% e no ano seguinte aumentaram para 25%, maior porcentagem entre os períodos estudados, resultado no aumento dos dividendos em 86%, calculados a partir dos lucros do período que teve um aumento de 26% em relação à 2013. Outro fator que contribuiu para o aumento da remuneração dos acionistas foram os juros sobre o capital próprio, que não foram distribuídos em 2013, enquanto no ano seguinte tiveram um montante de aproximadamente 3,612 bilhões de reais a serem distribuídos aos acionistas, calculados com base na taxa de juros a longo prazo (TJLP) e deduzido do resultado acumulado da companhia e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de 40% do lucro líquido anual ajustado da companhia.

Ao fim das distribuições, ficou retido na empresa um valor 32% menor que 2013, diminuindo assim o percentual do valor adicionado retido na empresa para 8%. Junto com outros destinatários do valor adicionado, constatou-se o seguinte gráfico da distribuição do valor adicionado em 2014.



**Gráfico 2: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2014**

Em 2015, a receita da companhia subiu 19%, impulsionada principalmente pelo aumento na mesma proporção de suas vendas de

mercadorias, produtos e serviços. Em relação à provisão de créditos de liquidação duvidosa, houve um aumento considerável de 45%, mostrando que a empresa continuou se respaldando em casos de credores negligentes. Ao passo que houve aumento da receita, também houve aumento dos insumos adquiridos de terceiros de 23%, tendo o maior índice entre os períodos estudados de 36,83% da receita. Tal aumento deve-se principalmente pelo aumento dos custos de mercadorias, produtos e serviços vendidos que aumentaram 28% em 2015, causado principalmente pelo aumento do custo por hectolitro produzido de 15% no período, resultado de um aumento no preço das matérias primas indexadas ao dólar, alta da inflação em países da América Latina e do mix de produtos utilizados (AMBEV S.A., 2015).

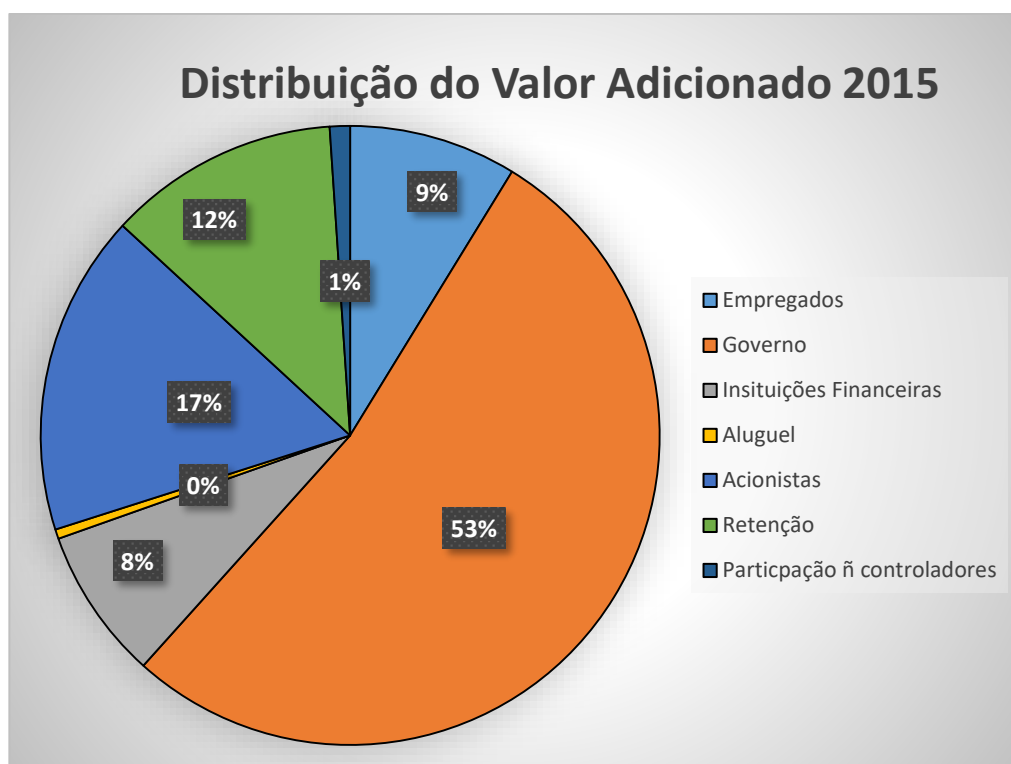
A depreciação, amortização e exaustões tiveram um aumento de 29%, oriundos de uma maior depreciação dos equipamentos industriais, mas que não alteraram de forma significativa a relação com a receita da empresa. No que diz respeito aos valores recebidos em transferências, houve um leve aumento em relação a 2014 de 3%, cabendo destaque para o decréscimo de 82% no resultado de equivalência patrimonial no período causado pelo decréscimo do patrimônio líquido de algumas companhias controladas e/ou coligadas.

Ao final do período, houve um aumento de 16% no valor adicionado a ser distribuído, impulsionado principalmente pelo aumento da receita de vendas. Com isso, o valor adicionado produzido pela entidade voltou a ter o mesmo índice calculado em 2013 de 98% da riqueza gerada, já que o aumento do valor recebido de transferências não conseguiu acompanhar o aumento das vendas da empresa. Evidenciou-se ainda uma queda de 0,03 centavos do potencial dos ativos em gerar riqueza devido ao aumento considerável do ativo total da empresa, que teve em 2015 o seu maior valor entre os períodos analisados e resultou no pior índice durante o estudo de 0,48.

No que diz respeito a distribuição da riqueza criada, notou-se um leve aumento de 1% tanto para as instituições financeiras, quanto para os empregados, mesmo que a contribuição de cada funcionário para a formação da riqueza no período tenha aumentado 13%. Outro destinatário do valor

adicionado foi o governo, que ficou com 53% de toda a riqueza produzida pela empresa, causado principalmente pelo aumento de 40% dos impostos federais pagos no período.

Os acionistas tiveram uma queda de 8% do total do valor adicionado a ser distribuído em 2015, cabendo destaque para uma queda de 57% no valor a ser distribuído pela empresa em forma de dividendos, que ainda contou com um aumento de 35% da remuneração aos acionistas em forma de juros sobre o capital próprio, transformando-se assim na principal forma de retorno aos investidores em 2015. Ao fim de todas as distribuições, notou-se o maior valor retido pela empresa dentre os períodos estudados, com um montante de aproximadamente R\$5,2 bilhões a serem reinvestidos, um aumento de 76% em relação à 2014 e equivalente a 12% do valor adicionado do período. Junto de outros beneficiários, o gráfico abaixo mostra como foi feita a distribuição da riqueza gerada pela AMBEV em 2015.



**Gráfico 3: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2015**

No ano de 2016, houve um leve aumento na receita total da AMBEV de 0,43%, que mesmo com as vendas de mercadorias, produtos e serviços tendo

caído 1%, contou com um aumento de 125% no montante de “outras receitas”, cujo destaque foi o ganho de R\$1.239,9 milhões com a troca de ações onde a companhia transferiu para a AB Inbev suas operações na Colômbia, Peru e Equador que, por sua vez, transferiu para a AMBEV operação no Panamá, de acordo com o Relatório de Administração da Companhia na parte dos “Itens não recorrentes”.

Em relação aos insumos adquiridos de terceiros, a empresa apresentou um decréscimo de 1%, onde o destaque foi uma queda de 3% dos custos de mercadorias, produtos e serviços vendidos. A depreciação, amortização e exaustões tiveram um aumento de 14% e o valor adicionado líquido produzido teve o mesmo crescimento das receitas, 0,43%.

A segunda parte da origem da riqueza, o valor adicionado recebido em transferência, teve uma queda de 42% em relação a 2015, com destaque para o resultado de equivalência patrimonial que caiu bruscamente, 261%, chegando a um valor negativo de -R\$4.985 mil reais, resultado do péssimo desempenho de algumas controladas e coligadas, além de queda na receita financeira de 31%, que teve todos seus componentes (receita de juros, ganhos com derivativos, ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e outras receitas) em queda em 2016.

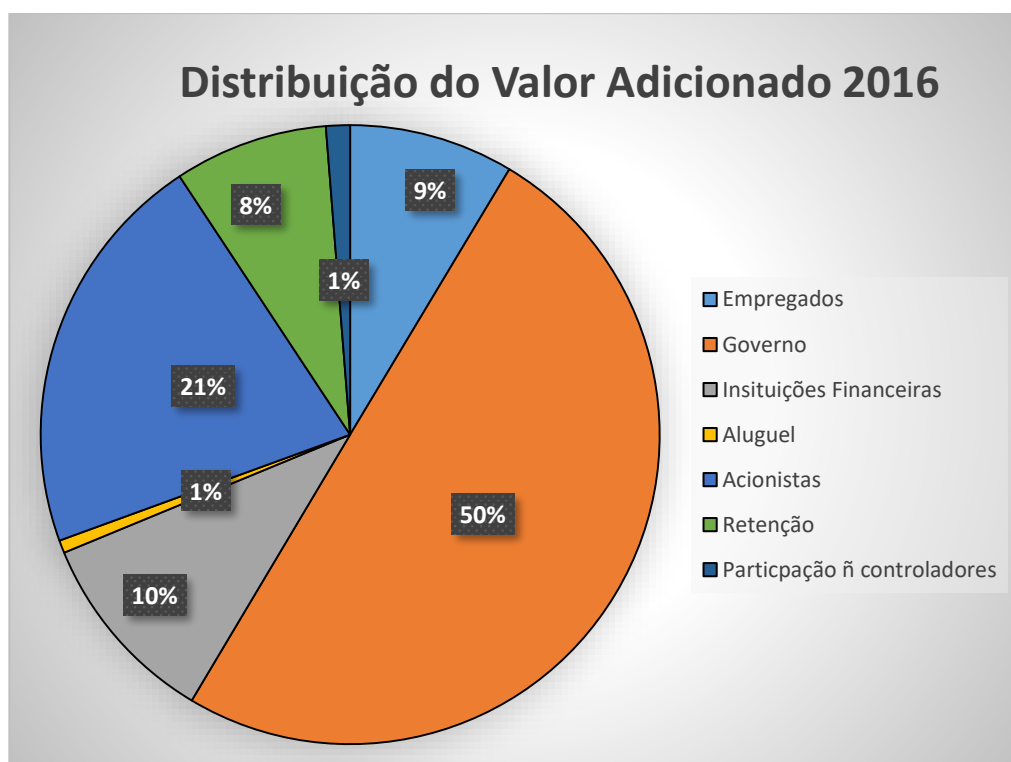
Com isso, o valor adicionado total a distribuir teve uma leve queda de 1% em relação ao ano anterior, resultando na porcentagem em relação à receita de 59,8%. Ressalta-se ainda um aumento de 1% da proporção valor adicionado líquido produzido e valor adicionado total a distribuir, chegando a aproximadamente 99%. Destaca-se também a volta do potencial dos ativos em gerar riqueza para 0,51, mesmo índice de 2014, devido principalmente a uma diminuição no ativo total da empresa.

Sobre a distribuição do valor adicionado em 2016, foi verificada uma queda de 6% nos valores destinados ao governo, alcançando o mesmo índice constatado em 2013 em relação ao total a ser distribuído, 50%, com destaque para a queda dos impostos federais de 19%. O montante para os empregados teve uma leve redução de 2%, porém foi mantida a proporção com o total da

riqueza distribuída de 2015, 9%, onde cada funcionário agregou R\$804.670 para a formação da riqueza.

Em 2016 foi registrado o maior valor destinado às instituições financeiras, cerca de 4,3 bilhões de reais, representando 10% de todo valor adicionado a ser distribuído, maior índice entre os períodos analisados. Outro grupo que teve o maior recebimento entre todos os anos em 2016 foram os acionistas, cerca de R\$9,1 bilhões, cabendo destaque para a volta dos dividendos como principal forma de remuneração, que tinha caído bruscamente em 2015. No total, os investidores receberam 21% da riqueza total da companhia.

Ao final das distribuições, o lucro retido teve uma queda em relação a 2015, onde tinha registrado seu maior valor, de 34% e representando 8% do valor adicionado total da empresa. Junto com outros beneficiários não comentados da riqueza gerada em 2016, o gráfico abaixo ajuda a visualizar melhor a distribuição do valor adicionado no período analisado.



**Gráfico 4: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2016**

Em 2017, a receita da AMBEV teve um leve aumento de 3%, impulsionada pelo aumento de 6% das vendas de mercadorias, produtos e

serviços em todas as regiões (Brasil, América Central, Caribe, América Latina Sul e Canadá), ocasionando na maior receita dentre os períodos analisados.

Os insumos adquiridos de terceiros tiveram um aumento de 5%, com destaque para o aumento de 12% nos pagamentos de energia, materiais, serviços de terceiros e outros, resultando no maior valor pago entres os anos analisados. A depreciação, amortização e exaustões tiveram um leve aumento de 3%. Após estas deduções da receita, verificou-se um aumento do valor adicionado líquido produzido de 2%, onde foi constatado o maior valor entre os períodos de análise.

Em relação ao valor adicionado recebido em transferências, o mesmo continuou em queda, dessa vez de 18%, novamente afetado pela queda do resultado de equivalência patrimonial e das receitas financeiras. Ao final, apurou-se um aumento de 2% do valor adicionado total a distribuir, que vinha de queda em 2016, sendo registrado o maior valor entre os anos analisados, cerca de R\$43.600 milhões, causado principalmente pela ótima performance de vendas, que justificou também os 99% de participação do valor adicionado líquido produzido no total da riqueza gerada em 2017. Em contrapartida, notou-se a pior relação entre o valor adicionado total a distribuir e a receita, 59,11%, já que o aumento da receita não foi acompanhado por outros fatores determinantes do valor adicionado, como valor recebido de transferências e diminuição dos valores gastos com insumos e depreciação.

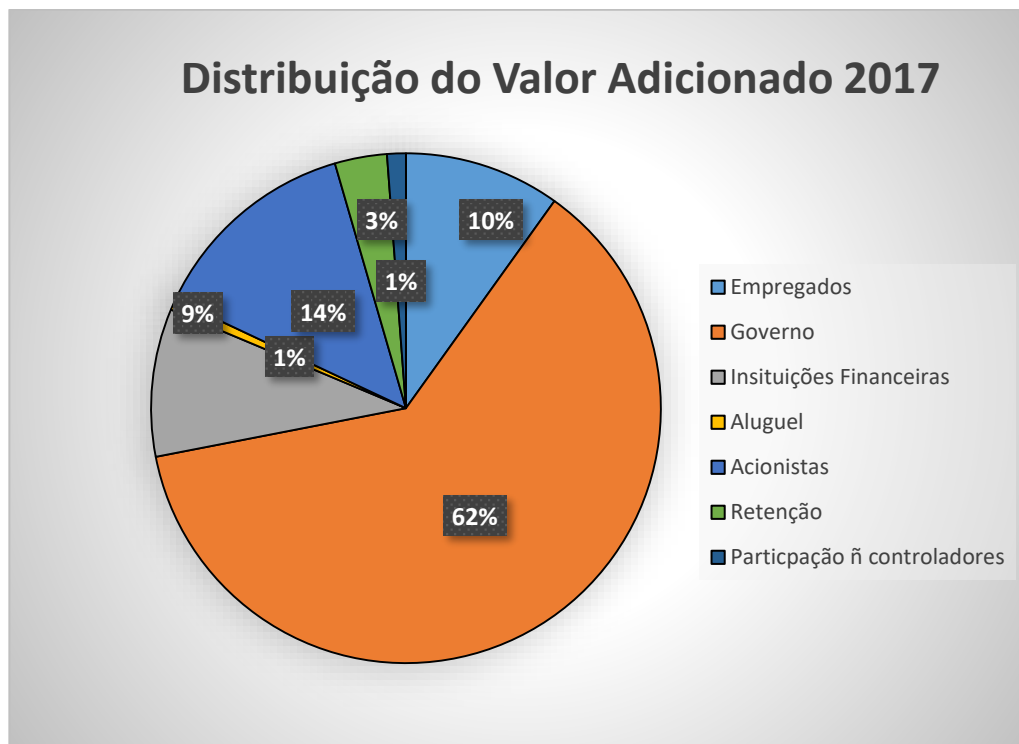
Sobre a distribuição do valor adicionado, constatou-se que houve um aumento do valor distribuído aos empregados de 17%. O interessante é que houve uma diminuição do número de funcionários entre 2016 e 2017 de 1,8 mil funcionários, logo, esse aumento do valor destinado aos empregados está diretamente ligado a uma maior remuneração dos funcionários da companhia. Com isso, foi constatada a maior participação da distribuição ao pessoal durante os anos analisados, 10% do valor adicionado, além da maior contribuição de cada funcionário para a formação da riqueza da empresa, R\$848.230.

Outro beneficiário do valor adicionado total que teve seu maior recebimento em 2017 foi o governo, recebendo aproximadamente R\$27.051 milhões, um aumento de 27% em relação ao ano anterior, com realce ao

aumento de 47% dos impostos federais. Como consequência, o Estado recebeu 62% de toda a riqueza gerada pela companhia através de tributos, maior valor calculado durante o período.

As instituições financeiras tiveram uma queda de 7% em 2017, após ter tido um grande aumento no ano anterior, sendo destinatária de 9% de toda a riqueza do período. Em relação aos acionistas, houve queda em ambas as formas de remuneração, juros sobre o capital próprio e dividendo, de 34% e 36% respectivamente. Com isso, os investidores ficaram com apenas 14% do valor adicionado total, menor índice desde 2013.

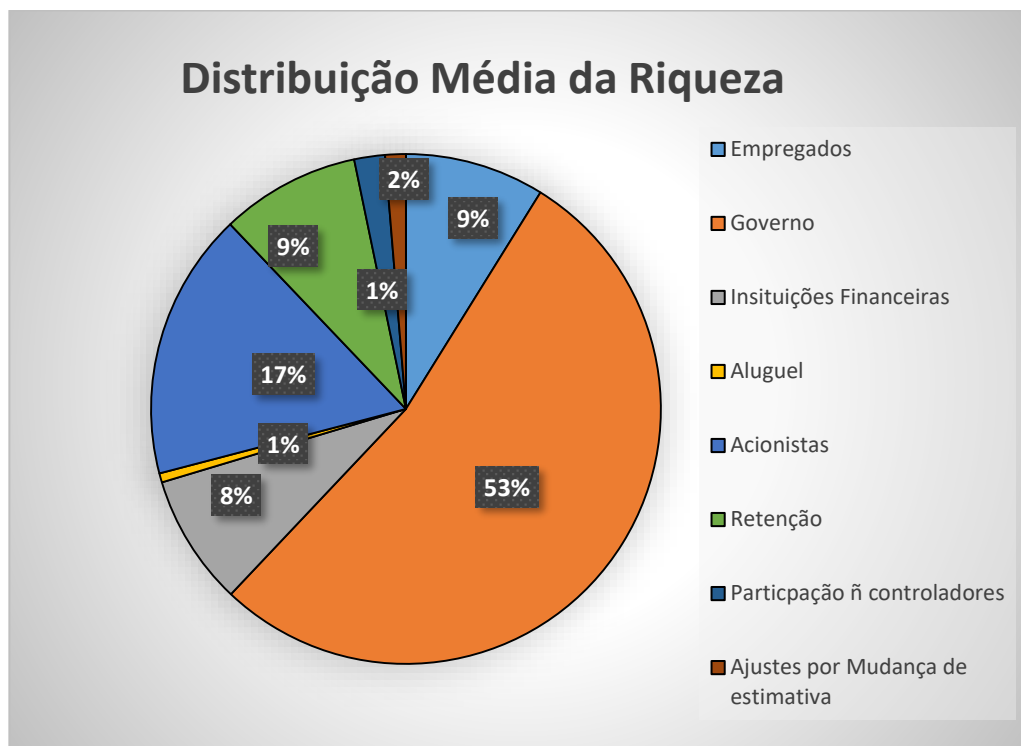
O lucro retido após todas as distribuições teve o menor valor apurado durante o estudo, cerca de R\$1.1441 milhões, após uma queda de 58%. A consequência disso foi uma parcela de apenas 3% do valor adicionado a ser distribuído que ficou na empresa, pior índice apurado durante todo o período estudado. Os grandes responsáveis por essa situação foram os aumentos de remuneração ao governo e aos empregados da companhia, que receberam aproximadamente 72% da riqueza criada em 2017. Junto de outros beneficiários não comentados, o gráfico abaixo demonstra como foi distribuído o valor adicionado no período.





**Gráfico 5: Distribuição da Riqueza da AMBEV em 2017**

Após análise ano por ano, foi formulado o gráfico 6, que demonstra a distribuição média do valor adicionado da AMBEV durante o período de 2013 a 2017.



**Gráfico 6: Distribuição Média da Riqueza da AMBEV**

Em média, verificou-se que o Governo ficou com 53,20% da riqueza criada pela AMBEV durante os períodos analisados. O segundo maior beneficiário foram os acionistas, que em média receberam 16,96% do valor adicionado. Os empregados ficaram com 8,85%, mesmo valor retido pela empresa, enquanto as instituições financeiras receberam cerca de 8,30%. Foi pago de aluguel 0,58% do valor adicionado, e os não controladores obtiveram 1,31%. Por fim, 1,94% refere-se a mudança de estimativa no método de custo que teve uma única ocorrência, em 2013.

## 5 CONCLUSÃO

Após sanção da Lei nº 11.638/07 em 28 de dezembro de 2007, incluiu-se a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, parte

integrante do Balanço Social, pelas companhias de capital aberto sediadas no território nacional. Essa demonstração, que tem como principal função evidenciar a forma de geração da riqueza por uma empresa e como a mesma é distribuída entre os stakeholders, é relativamente nova, comparada a outros informes financeiros obrigatórios como Demonstração do Resultado e o Balanço Patrimonial, e, com isso, muito ainda se discute sobre seus aspectos e sua importância socioeconômica.

Com o intuito de contribuir com os estudos acerca do tema, este trabalho teve por objetivo analisar a forma como ocorreu a formação do valor adicionado da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV, além de como a distribuição desse valor foi realizada durante o período de 2013 a 2017, utilizando-se da análise horizontal e vertical da DVA da empresa e dos índices gerados a partir da mesma demonstração.

Em relação aos dados expostos da AMBEV, verificou-se que a empresa é responsável pela maior parte da geração da riqueza, tendo seu pior índice em 2014, onde representou 97% do total do valor adicionado a ser distribuído, passando a mais de 99% em outros anos. Isso já era esperado, já que a companhia tem como atividade fim a produção e distribuição de bebidas em diversos países das Américas. Cabe destaque para a maior receita verificada entre os períodos em 2017, onde a empresa obteve aproximadamente 73.758 milhões de reais. Sobre a riqueza advinda de transferências, destaca-se a queda acentuada nos últimos anos, principalmente dos resultados negativos de empresas controladas e coligadas onde é utilizado o método do resultado de equivalência patrimonial.

Após apuração do valor adicionado a distribuir, verificou-se que o maior beneficiário é o governo, que recebeu no período, em média, 53% da riqueza formada pela empresa. Em 2017, o governo ficou com 62% de todo o valor adicionado, o maior índice verificado, devido principalmente ao aumento dos impostos federais e estaduais ocasionados pelo aumento da alíquota efetiva em 2017, além de ajustes tributários não recorrentes. O segundo grupo que mais foi beneficiado foram os acionistas, recebendo 17% em média. Os anos de maior

remuneração aos acionistas foram 2014 e 2016, onde foram destinados em formas de juros sobre o capital próprio e dividendos mais de R\$9 bilhões.

Observou-se que a participação dos empregados no retorno da riqueza gerada foi de 9%, tendo em 2017 a sua maior remuneração, cerca de R\$4,3 bilhões. Verificou-se também que cada funcionário é responsável por, em média durante os períodos analisados, contribuir com R\$764.881 para a geração da riqueza da companhia, constatando a produtividade e a importância a ser dada pelos trabalhadores da companhia. As instituições financeiras receberam 8% do valor adicionado, decorrente da captação de recursos financeiros, e foram pagos para terceiros de aluguel cerca de 1%.

Da riqueza gerada, foram destinados aos não controladores 1% do valor adicionado através das participações pelo investimento na companhia. Ao fim das distribuições, observou-se que a AMBEV manteve para reinvestimentos, em média, 9% da riqueza gerada em forma de lucro retido, tendo seu maior índice em 2013, principalmente pelo não pagamento de juros sobre o capital próprio, e em 2015, que mesmo com o repasse de todas as formas de remuneração aos acionistas, ainda ficou com 12% da riqueza por ela gerada.

Cabe destacar também o valor que foi registrado na DVA em 2013 pela mudança da forma de estimativa para apuração de custos, mas que, pelo fato do não aparecimento de novas mudanças nos outros anos, teve apenas essa aparição nos períodos analisados.

Após análise dos índices abordados neste estudo, confirmou-se as expectativas da importância da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento para a obtenção de informações úteis, servindo de complemento para usuários que se interessarem por informações de cunho econômico e financeiro da empresa. Além dos utilizados, outros índices podem ser explorados, dependendo do interesse de quem utiliza a DVA para tomadas de decisões.

Por fim, sugere-se que mais estudos sobre a DVA sejam feitos em outros segmentos ou grupos, afim de se obter dados econômicos dessas empresas analisadas. Com isso, complementa-se o entendimento sobre companhias com informações não abordadas em outras demonstrações contábeis, aumentando-

se assim a credibilidade desse demonstrativo que se mostra muito proveitoso para quem o compreende e utiliza.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, N. R. C. D.; BOYA, V. L. A. **A importância da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas organizações: um estudo de caso.** sudamerica.edu.br, 2009. Disponível em: <[http://sudamerica.edu.br/argumentandum/artigos/argumentandum\\_volume\\_2/A\\_importancia\\_da\\_demonstracao\\_do\\_valor\\_adicionado\\_como\\_instrumento\\_informativo\\_da\\_riqueza\\_gerada\\_e\\_distribuida\\_pelas\\_organizacoes\\_um\\_estudo\\_d\\_e\\_caso.pdf](http://sudamerica.edu.br/argumentandum/artigos/argumentandum_volume_2/A_importancia_da_demonstracao_do_valor_adicionado_como_instrumento_informativo_da_riqueza_gerada_e_distribuida_pelas_organizacoes_um_estudo_d_e_caso.pdf)>. Acesso em: 6 Abril 2018.

ALMEIDA, N. S. D. et al. **A Utilização da Demonstração do Valor Adicionado na Análise da Produção e Distribuição de Riqueza entre os Stakeholders: Um Estudo de Caso da Petrobras.** Revista de Informação Contábil, p. 134-148, 2009.

AMBEV S.A. **Demonstrações Financeiras Padronizadas AMBEV S.A. - 31/12/2017.** AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas – São Paulo – SP. Disponível em: <[http://ri.ambev.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2017](http://ri.ambev.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2017)>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Financeiras Padronizadas AMBEV S.A. - 31/12/2016.** AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas – São Paulo – SP. Disponível em: <[http://ri.ambev.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2016](http://ri.ambev.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2016)>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Financeiras Padronizadas AMBEV S.A. - 31/12/2015.** AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas – São Paulo – SP. Disponível em: <[http://ri.ambev.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2015](http://ri.ambev.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2015)>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Financeiras Padronizadas AMBEV S.A. - 31/12/2014.** AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas – São Paulo – SP. Disponível em: <[http://ri.ambev.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2014](http://ri.ambev.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2014)>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Financeiras Padronizadas AMBEV S.A. - 31/12/2013.** AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas – São Paulo – SP. Disponível em:

<[http://ri.ambev.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2013](http://ri.ambev.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43225&id=0&conta=28&ano=2013)>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.638/07**, 2007. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>.  
Acesso em: 21 de Maio de 2018.

BELKAQUI, A. **The new environment in international accounting**. Quorum Books, 1998.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BLOG ELA - O GLOBO. **As 10 maiores cervejarias do mundo**. Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 2014. Disponível em:  
<<https://blogs.oglobo.globo.com/dois-dedos-de-colarinho/post/as-10-maiores-cervejarias-do-mundo-545073.html>>. Acesso em: 06 de Junho de 2018.

CAMARGOS, M. A. D.; BARBOSA, F. V. **DA FUSÃO ANTÁRTICA/BRAHMA À FUSÃO COM A INTERBREW: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E ESTRATÉGICA DA AMBEV**. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 47-63, Julho/Setembro 2005.

CAMELO, E. P. D. S. M et al. **Análise das Demonstrações Contábeis em Empresas da Área Comercial de Embalagens**. FCV Empresarial, Maringá, v. 1, p. 167-193, 2007.

COMITÊ DE Proununciamento Contábil (CPC). **CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado**, 2013. Disponível em:  
<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>>. Acesso em: 20 de Maio de 2018.

COMITE FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 1055/2005. **Criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC**, 2005. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=101916>>. Acesso em: 21 de Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1003/2004. **NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental**, 2004.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1010/2005. **NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado**, 2005.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1.138/2008. **NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado**, 2008.

COSENZA, J. P. **A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. Ano 14, n. Edição Comemorativa, p. 7-29, Outubro 2003.

\_\_\_\_\_ ; GALIZZO, J. L.; JIMENEZ, F. **A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período de 1996/2000.** Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 37-66, Agosto 2002.

COSTA, C. L. D. O.; GUIMARÃES, T. R.; MELLO, L. C. B. D. B. **OS POSSÍVEIS BENEFÍCIOS GERADOS PELA OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PELAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 77-93, Setembro/Dezembro 2013.

CORRÊA, M. D. F. **A evolução da demonstração do valor adicionado no Brasil.** 2010. 23f. Trabalho de conclusão de Curso – Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CUNHA, J. V. A. D.; RIBEIRO, M. D. S.; SANTOS, A. D. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração e distribuição da riqueza.** Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo, v. n.37, p. 7-3, Jan./Abr 2005.

\_\_\_\_\_. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários.** 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB.** 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, A. C. D. P.; ALMEIDA, N. S. D. DVA como ferramenta na análise de produção e distribuição de riqueza: Um estudo da VALE. In: Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 3., 2009, Santa Catarina. **Anais Eletrônicos...** Santa Catarina: CSE-UFSC, 2009. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/3CCF/20090719142036.pdf>>. Acesso em: 06 de Junho de 2018.

GARCIA, B. G. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades.** São Paulo: Peirópolis, v. III, 2004.

GELBCKE, E. ; IUDÍCIBUS, S. D.; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOJI, M. **Administração Financeira.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços.** 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KROETZ, C. E.; COSENZA, J. P. **Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social**. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado - RS, 13 a 15 de Agosto de 2003.

\_\_\_\_\_. **Demonstração do valor adicionado - Alguns exemplos reais**. *IOB informações objetivas*. São Paulo: TC boletim 31/97.

NEVES, S. D.; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade Avançada e análise das Demonstrações Financeiras**. 11<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Frase Editora, 2002.

PAMPLONA, N.; BRANT, D. Após 4 anos, Petrobras supera Ambev e volta a ser a empresa mais valiosa da AL. **Folha de São Paulo Online**, São Paulo, 11 de Maio de 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/apos-4-anos-petrobras-supera-ambev-e-volta-a-ser-a-empresa-mais-valiosa-da-al.shtml>>. Acesso em: 05 de Junho de 2018

SANTOS, A. D.; HASHIMOTO, H. **Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária**. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 153-164, abr./maio/jun. 2003.

SANTOS, L. L. D. **Demonstração do valor adicionado: um estudo sobre a distribuição da riqueza gerada pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA**. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado à Universidade de Rio Verde, Faculdade de Ciências Contábeis, 2015.

SCHREIBER, D. **Inovação e desenvolvimento organizacional**. Novo Hamburgo: Feevale, 2012.

TINOCO, J. E. P. **Balço social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

